



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2025
REFERENTE À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 037/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2645/2025

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE DE PIÊN (Escola Padre Ramiro), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado **Município de Piên**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede e foro em Piên, Estado do Paraná, na Rua Amazonas, nº 373, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **Maicon Grosskopf**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 080.xxx.xxx-17, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONCEDENTE**, e de outro lado **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE DE PIÊN (Escola Padre Ramiro)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.055.458/0001-64, com sede e foro em Piên, Estado do Paraná, na Rua Duque de Caxias, nº 201, Centro, em Piên/PR, CEP 83.860-000, fone (41) 3632-1981, declarada de utilidade pública pela Lei nº 1049, de 24 de fevereiro de 2010, neste ato representada por seu Presidente, **Sr. Jorge Almir dos Santos Martins**, brasileiro portador da CI nº 7033840501 SESP/RS, inscrito no CPF sob nº 446.xxx.xxx-91, residente e domiciliado na Rua Recife, nº 340, Centro, em Piên, Estado do Paraná, doravante denominada **CONVENENTE**, celebram o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, de acordo com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações posteriores, sujeitando-se, no que couber, às normas contidas no Decreto Municipal nº 188/2013 e suas alterações, bem como, no Decreto Municipal nº 214/2017, nas condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** tem por objeto a Manutenção da Escola de Ensino Especial Padre Ramiro, a qual presta serviços de atendimento a pessoas portadoras de deficiências intelectual e múltiplas, residentes no Município de Piên, a fim de promover seu desenvolvimento físico, social, psíquico, intelectual e profissional, através de trabalho terapêutico, social e pedagógico, habilitando e reabilitando crianças, jovens e adultos, facilitando sua inclusão junto à família e à sociedade, promovendo ainda o efetivo exercício da cidadania, mediante contribuição técnica e financeira, conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único: Para atingir o objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pela entidade e aprovado pelo **CONCEDENTE**, que passa a integrar este **TERMO DE COLABORAÇÃO**, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações do CONCEDENTE:

1. Fornecer os recursos para execução do objeto pactuado;
2. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**;
3. Emitir relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, considerando inclusive a prestação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

de contas por parte da **CONVENENTE**;

4. Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho, em conta bancária específica indicada pela entidade **CONVENENTE**;
5. Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
6. Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Piên;
7. Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site da Prefeitura de Piên;
8. Prorrogar, de ofício, a vigência da presente parceria, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período de atraso verificado, desde que ainda haja plena condição de execução do objeto e que a **CONVENENTE** esteja adimplente com suas obrigações e condições de habilitação;
9. Avaliar, junto aos representantes da **CONVENENTE**, a execução dos objetivos deste **TERMO DE COLABORAÇÃO**;
10. Atestar, através da Secretaria de Educação, que a **CONVENENTE** dispõe de satisfatórias condições físicas e operacionais de funcionamento;
11. Exigir da **CONVENENTE** a prestação de contas na forma contábil, correspondente à última parcela recebida, de acordo com o cronograma de execução;
 - a. Havendo pendência da prestação de contas da última parcela liberada, será permitida a liberação da parcela seguinte, conforme previsto no cronograma de execução, apenas no caso de apresentação de justificativa fundamentada e aceita pelo Município.
12. Comunicar à **CONVENENTE** acerca de quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos referentes a presente parceria ou outras pendências de ordem técnica, suspendendo a liberação de recursos pelo prazo estabelecido para o saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período;
13. Em caso de não satisfação das pendências de que cogita o item anterior, apurar eventuais danos e comunicar o fato à **CONVENENTE** para que promova o ressarcimento do valor apurado, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial;
14. Quando constatada a má aplicação dos recursos públicos que houverem sido transferidos, instaurar a competente Tomada de Contas Especial;
15. Havendo disponibilidade, ceder os veículos apropriados e necessários ao transporte dos estudantes, bem como equipamentos e espaços públicos;
16. Havendo demanda, permitir a utilização dos serviços oferecidos pelo Centro de Atendimento à Mulher - CAMU aos alunos da APAE de Piên;
17. Fornecer aos alunos da **CONVENENTE** uniformes padronizados da rede municipal de ensino.

II – São obrigações da **CONVENENTE**:

1. Responsabilizar-se pela execução do objeto do presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**;
2. Executar diretamente a integralidade do objeto pactuado na cláusula primeira, na forma e prazo estabelecidos no Plano de Trabalho, somente sendo permitida a contratação de serviços de terceiros caso haja previsão no Plano de Trabalho, ou em virtude de fato superveniente e imprevisto, devidamente justificado, e desde que aprovado pelo **CONCEDENTE**;
3. Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

4. Permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da **CONCEDENTE**, bem como de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da **CONVENENTE**;
5. Inserir cláusula, no contrato que celebrar com fornecedor de bens ou serviços com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante;
6. Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
7. Se responsabilizar, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do **TERMO DE COLABORAÇÃO**, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, ou qualquer oneração do objeto da parceria ou ainda por qualquer restrição à sua execução.
8. Manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
9. Identificar o número do presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** no corpo dos documentos de despesas;
10. Divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as informações relativas à parceria celebrada com o poder público;
11. Não praticar desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da organização da sociedade civil com relação a outras cláusulas básicas;
12. Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante contratação de profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, sendo vetada a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
13. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica da execução dos serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos, diretrizes, ações e atividades dos programas específicos relacionados ao objeto, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição, pela comunidade beneficiária, das benesses inerentes ao objeto conveniado;
14. Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e custos previstos;
15. Efetuar todas as movimentações relacionadas ao recurso deste **TERMO DE COLABORAÇÃO** em conta bancária específica e exclusiva para a execução da parceria objeto do presente instrumento;
16. Não realizar pagamentos, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

ESTADO DO PARANÁ

17. Não modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
18. Não realizar despesa em data anterior ao início da vigência da parceria;
19. Não efetuar pagamento em data posterior ao término da vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Pública;
20. Não realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros;
21. Não realizar despesas com publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
22. Não realizar despesas com obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
23. Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes e rendimentos, decorrentes das aplicações correspondentes ao presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, bem como, os decorrentes da conclusão, rescisão ou extinção da parceria, no prazo de 30 (trinta) dias do evento;
24. Efetuar cotações e pesquisas de preços, em atendimento ao princípio da economicidade, mediante prévia pesquisa de preços junto a, no mínimo, 03 (três) fornecedores do ramo do bem ou do serviço a ser adquirido, sob pena de responsabilidade pelos atos de gestão antieconômica;
25. Manter-se adimplente com o poder público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter sua regularidade fiscal, perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
26. Comunicar o **CONCEDENTE** quanto à substituição dos responsáveis pela **CONVENENTE**, assim como alterações em seu estatuto, bem como enviar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
27. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio gerado com os investimentos decorrentes desta parceria, quando for o caso;
28. Dispor de atendimento aberto ao público em geral sobre os assuntos relativos aos objetivos desta parceria, sempre prévia e amplamente divulgado através dos meios de comunicação disponíveis;
29. Informar o Município sobre quaisquer problemas verificados na execução da presente parceria;
30. Na forma contábil, prestar contas sobre a aplicação dos recursos financeiros, devidamente acompanhada de certidões negativas comprovando sua regularidade fiscal, nos termos da Legislação vigente e conforme Resolução nº 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas alterações;
31. Atender as recomendações, exigências e determinações do Município e dos agentes dos sistemas de controle interno e externo;
32. Aplicar o saldo da parceria, enquanto não empregados em sua finalidade, em caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou inferior a 1 (um) mês.
33. As receitas financeiras auferidas conforme o item anterior serão obrigatoriamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

computadas a crédito da parceria e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar dos demonstrativos específicos que integrarão as prestações de contas;

- 34.** Se responsabilizar, de forma exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- 35.** Observar, no que couber, todas as exigências da Lei Federal nº 13.019/14 e na Resolução nº 28/2011-TCE/PR e suas alterações, bem como na Instrução Normativa nº 61/2011-TCE/PR, no que estas não conflitarem a Lei Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REPASSE E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas neste **TERMO DE COLABORAÇÃO**, no presente exercício, o **CONCEDENTE** transferia à **CONVENIENTE**, de acordo com o cronograma de execução, o valor total de R\$ 296.300,00 (duzentos e noventa e seis mil e trezentos reais).

Parágrafo Primeiro. As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

Parágrafo Segundo. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica da parceria em instituição financeira indicada pela administração pública.

Parágrafo Terceiro. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

Parágrafo Quarto. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do **TERMO DE COLABORAÇÃO** ou do Plano de Trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da Organização da Sociedade Civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, através da celebração de Termo Aditivo, nos seguintes casos:

- I - acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor global inicialmente previsto para a parceria;
- II - supressões, sem limitação de montante;
- III - remanejamento de recursos sem a alteração do valor global;
- IV - ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho.

Parágrafo Quinto. O remanejamento dos recursos de que trata o parágrafo anterior somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pela administração pública responsável pela parceria.

Parágrafo Sexto. O cronograma de desembolso deve ser seguido conforme previsão abaixo:

1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela
R\$ 32.300,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

6ª parcela	7ª parcela	8ª parcela	9ª parcela	
R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para custeio do presente ajuste correrão à conta do Orçamento Municipal da Secretaria de Educação, através da seguinte dotação orçamentária 08.001.12.367.0009.2023–33.50.43.08.00 Fontes 103 e 102.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO E DAS HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência e execução do presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** se inicia a partir de sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2025, a qual poderá ser prorrogada, através de termo aditivo.

Parágrafo Primeiro. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil/entidade, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

Parágrafo Segundo. A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

Parágrafo Terceiro. Caberá ao Município providenciar a publicação do extrato do presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** no órgão oficial de imprensa do Município de Piên, no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil/entidade deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

Parágrafo Primeiro. A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas parcial, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto vinculadas à parcela liberada.

Parágrafo Terceiro. A organização da sociedade civil está obrigada a prestar as contas finais da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, conforme estabelecido no respectivo instrumento.

Parágrafo Quarto. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

prazo para a organização da sociedade civil/entidade sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Quinto. O prazo referido no item anterior é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A administração pública está incumbida de realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma do regulamento.

Parágrafo Primeiro. Fica a Sra. Luciana Lubke integrante do quadro de pessoal efetivo do Município, portadora da matrícula 010861, designada como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**.

É designada como Fiscal/Gestor SUPLENTE do termo de fomento a servidora:

Márcia Zigovski Radol – Matrícula 4765957

Parágrafo Segundo. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada esfera de governo.

CLÁUSULA OITAVA – DA OBRIGATORIEDADE DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Fica a **CONVENENTE** obrigada a restituir o valor recebido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o tesouro do Município, quando:

- a) Não for executado o objeto desta Parceria;
- b) Não for apresentado, no prazo estipulado, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- c) Os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste **TERMO DE COLABORAÇÃO**.

Parágrafo único. Compromete-se, ainda, a **CONVENENTE**, a recolher à conta da concedente o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, ainda que não tenha feito a aplicação dos recursos.

CLÁUSULA NONA – DA PARALISAÇÃO OU DA OCORRÊNCIA DE FATOS RELEVANTES

O **CONCEDENTE** tem a prerrogativa de assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme o artigo 73 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações e nos termos do art. 65 do Decreto Municipal nº 214/2017 quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá aplicar à Organização da Sociedade Civil as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - suspensão temporária;
- III - declaração de inidoneidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Primeiro. É facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

Parágrafo Segundo. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela Organização da Sociedade Civil no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

Parágrafo Terceiro. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública Municipal.

Parágrafo Quarto. A sanção de suspensão temporária impede a Organização da Sociedade Civil de participar de Chamamento Público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal por prazo não superior a dois anos.

Parágrafo Quinto. A sanção de declaração de inidoneidade impede a Organização da Sociedade Civil de participar de Chamamento Público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a Organização da Sociedade Civil ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Parágrafo Sexto. A condução do processo apuratório administrativo e a aplicação das sanções previstas neste **TERMO DE COLABORAÇÃO** e no Decreto Municipal nº 214/2017 serão de competência da Comissão Processante Permanente da Administração Pública Municipal em conjunto com o Secretário Municipal da pasta relacionada à parceria em análise.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** poderá ser rescindido, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 214/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RETENÇÃO DE VALORES

O descumprimento de qualquer das obrigações por parte da entidade implica a imediata e automática retenção dos valores pelo Município, que somente os liberará depois de efetivamente cumpridas as obrigações apontadas pelo Município como não satisfeitas.

Parágrafo único. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - Quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

II - Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da organização da sociedade civil com relação a outras cláusulas básicas;

III - Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

É vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados, sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

É vedada também a celebração de parcerias previstas na Lei nº 13.019/2014 que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ANEXOS

Fazem parte do presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**:

a) O Plano de Trabalho;

b) Todos os documentos constantes da Inexigibilidade de Licitação nº 037/2025, a qual deu origem a este Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

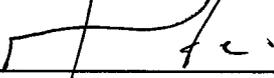
É competente o Foro da comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, para dirimir questões referentes ao presente ajuste.

E para constar, foi lavrado o presente termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença das testemunhas adiante assinadas.

Piên/PR, 21 de março de 2025.



MAICON GROSSKOPF
PREFEITO - MUNICÍPIO DE PIÊN
CONCEDENTE



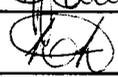
JORGE ALMIR DOS SANTOS MARTINS
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE DE PIÊN
CONVENENTE

Testemunhas:

Nome: **Clarice de F Fragoso**

Nome: **Luciana Lubke**





ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2025

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2025

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
037/2025

CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS DE PIEN- APAE PIEN

CNPJ: 11.055.458/0001-64

Objeto: Manutenção da Escola de Ensino Especial Padre Ramiro, a qual presta serviços de atendimento a pessoas portadoras de deficiências intelectual e múltiplas, residentes no Município de Piên, a fim de promover seu desenvolvimento físico, social, psíquico, intelectual e profissional, através de trabalho terapêutico, social e pedagógico, habilitando e reabilitando crianças, jovens e adultos, facilitando sua inclusão junto à família e à sociedade, promovendo ainda o efetivo exercício da cidadania, mediante contribuição técnica e financeira.

Valor total: R\$ 296.300,00 (duzentos e noventa e seis mil e trezentos reais).

Parcelas conforme contrato

Fiscal Administrativo: Luciana Lubke e suplente Márcia Zigovski Radol.

Prazo de Vigência: 31/12/2025

Data de assinatura: 21 de março de 2025.

Coordenação de Contratos.

Compras e licitações

Publicado por:

Bernadete Maguerovski Dos Santos

Código Identificador:E217C2DC

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná
no dia 25/03/2025. Edição 3242

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE PIÊN**

CNPJ: 11.055.458-0001/64

Escola Padre Ramiro, Educação Infantil, Ensino Fundamental e
Eja na Modalidade Especial.

Rua Duque de Caxias, 201 – Centro – Piên – PR CEP: 83.860-000

Fone: (41) 3632-1981

E-mail: apaepien@gmail.com**PLANO DE TRABALHO – 2025**

I – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE			
01 – CNPJ 11.055.458/0001-64	02 - NOME FANTASIA APAE de Piên		03 – DATA DE FUNDAÇÃO 15/06/2009
04 - ENDEREÇO COMPLETO Rua: Duque de Caxias		05 - Nº 201	06 – CADASTRO NA SECRETARIA OU FUNDO Assistência Social
07 – MUNICÍPIO Piên	08 - CAIXA POSTAL		09 – CEP 83 860-000
			10 - UF PR
11 - DDD (41)	12 - FONE 36321-1981	13 – FAX -	14 - E-MAIL apaepien@gmail.com
15 - NOME DO COORDENADOR RESPONSÁVEL PELA TRANSFERÊNCIA Tesoureiro: Alcides Kurovski		16 - TELEFONE (41)3632-1981	17 - E-MAIL apaepien@gmail.com
18 – DADOS DA CONTA BANCÁRIA: Banco do Brasil			
AGÊNCIA: 0674-2			
Nº DA CONTA: 210.000-2			

II – IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE				
19 - NOME DO DIRIGENTE DA ENTIDADE Jorge Almir dos Santos Martins			20 - CPF Nº 988.705.059-87	
21 - CARGO OU FUNÇÃO Presidente	22 - DATA DA POSSE 02/01/2023	23 - DATA DO ENCERRAMENTO DO MANDATO 31/12/2025	24 - RG Nº 7033840501	25 - ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP-RS



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE PIÊN

CNPJ: 11.055.458-0001/64

**Escola Padre Ramiro, Educação Infantil, Ensino Fundamental e
Eja na Modalidade Especial.**

Rua Duque de Caxias, 201 – Centro – Piên – PR CEP: 83.860-000

Fone: (41) 3632-1981

E-mail: apaepien@gmail.com

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

A APAE de Piên foi criada em 15/06/2009 e iniciou suas atividades em 01/03/2010, atendendo 38 alunos. A iniciativa partiu do Sr. Prefeito Municipal e da Secretária de Educação, que mobilizaram e sensibilizaram a comunidade para que os alunos fossem atendidos no município, tendo em vista que todos os dias se deslocavam para a APAE do município de São Bento do Sul/SC. O deslocamento era cansativo, sendo que a criação da APAE no município de Piên facilitou a vida dos alunos e de seus familiares.

Neste ano de 2025, a APAE de Piên estará atendendo 58 (cinquenta e oito) alunos, com Deficiência Intelectual e Múltiplas Deficiências, com idade de 1 ano a 76 anos. A escola trabalha em dois turnos e os alunos são atendidos por 12 professores entre 20 horas e 40 horas semanais, 1 assistente social, 4 atendentes, 1 psicóloga, 1 neurologista e 1 fisioterapeuta, 1 nutricionista e acompanhados por mais 8 funcionários. Os profissionais da escola são contratados pela Apae com recursos provenientes de parceria com o Estado e Prefeitura.

A diretoria da Associação de Pais e Amigos dos excepcionais de Piên, é presidida por Jorge Almir dos Santos Martins e Dionizio Grosskopf.

Situada em uma casa alugada adaptada, a Escola Padre Ramiro é mantida pela APAE de Piên e aguarda a construção de uma sede própria para conseguir atender melhor aos alunos, com salas mais amplas, e um local para as aulas de educação física.

Na Escola Padre Ramiro a atividade primária é proporcionar um ensino de qualidade com materiais adaptados, alimentação e transporte adequado. O aprendizado para a vida, para as tarefas do dia a dia são muito importantes, estimulando a autonomia para uma melhor qualidade de vida. O atendimento aos alunos acontece em dois turnos, no horário das 07h35min. a 12:00horas e das 13:00 horas as 17h25min. os alunos da manhã recebem café da manhã e lanche da manhã e os do período da tarde recebem um lanche e suco 30 minutos antes do término das aulas. A maioria dos alunos é de famílias carentes, por isso a importância de uma alimentação de qualidade na escola. Além do trabalho pedagógico os alunos recebem atendimento especializado de fisioterapia, psicologia, neurologia e fonoaudiologia.

A APAE participa de conselhos municipais, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal do Idoso (CMI), Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMDcP), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)e Conselho Municipal da Saúde (CMS).



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE PIÊN

CNPJ: 11.055.458-0001/64

Escola Padre Ramiro, Educação Infantil, Ensino Fundamental e
Eja na Modalidade Especial.

Rua Duque de Caxias, 201 – Centro – Piên – PR CEP: 83.860-000

Fone: (41) 3632-1981

E-mail: apaepien@gmail.com

DESCRIÇÃO DO PLANO

Identificação do Objeto a ser executado

Celebração de Termo de Colaboração com o Município de Piên para formalização de transferência voluntária, envolvendo auxílio e subvenção social, para viabilização de recursos destinados a manutenção da APAE de Piên, envolvendo atendimento a pessoas portadores de deficiência intelectual e múltipla, residentes no município de Piên, a fim de promover seu desenvolvimento físico, social, psíquico, intelectual e profissional, por meio de trabalho terapêutico, social e pedagógico, habilitando e reabilitando crianças, jovens e adultos, facilitando sua inclusão junto à família e a sociedade, promovendo ainda o efetivo exercício da cidadania.

Justificativa da Solicitação

A APAE de Piên está em funcionamento desde 1º de março de 2010, atende atualmente 58 alunos do Município, com deficiência intelectual e múltipla deficiência e Transtorno Global do Desenvolvimento. Em seus dois primeiros anos de funcionamento, além dos recursos próprios, contou com total apoio da Prefeitura Municipal de Piên, através de convênio e cessão de funcionário. Através da Secretaria Estadual de Educação SEED celebrou novo convênio de cooperação técnica financeira com a APAE em 01 de agosto de 2023, através do qual a requerente recebe mão-de-obra, custeio e capital, para despesas de manutenção e aquisição de bens permanentes. Prevendo aumentos de tributos, salários, encargos, outros custos fixos e despesas em geral, há necessidade de aumentar recursos, parcerias e voluntariado, por isso, a APAE necessita da ajuda financeira do Poder Público Municipal para suportar suas despesas, e continuar oferecendo atendimento de qualidade aos educandos, como, fisioterapia, psicologia, neurologia e nutricionista, alimentação e atendimento pedagógico e também neste ano há necessidade de manutenção do veículo fieta para o transporte dos alunos onde o ônibus escolar da entidade não tem a linha disponível e para uso diário, assim como há necessidade de pagamento do aluguel onde está instalada nossa entidade. É necessário também a contratação de serviços de 01 terapeuta ocupacional e 01 motorista de 20 horas semanais, e também o aumento da carga horária de Assistente Social para 16 horas semanais, razão pela qual apresenta o presente requerimento de Termo de Colaboração.



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE PIÊN

CNPJ: 11.055.458-0001/64

**Escola Padre Ramiro, Educação Infantil, Ensino Fundamental e
Eja na Modalidade Especial.**

Rua Duque de Caxias, 201 – Centro – Piên – PR CEP: 83.860-000

Fone: (41) 3632-1981

E-mail: apaepien@gmail.com

Destinatários do Serviço:

Serão atendidos 58 (cinquenta e oito) alunos, com Deficiência Intelectual e Múltiplas Deficiências, com idade de 1 ano a 76 anos.

Estimativas de Metas a Serem Atingidas

- Manutenção dos serviços especializados já implantados, destacando o atendimento, pedagógico, assistente social, nutricionista, psicológico e fisioterapêutico;
- Continuidade de serviço especializado de neurologia;
- Manutenção administrativa da instituição;
- Contratação de mais 01 motorista 20 horas semanais;
- Manutenção dos projetos já implantados: Clube de Mães e Voluntárias;
- Desenvolvimento de novos Projetos Pedagógicos;
- Realização de atividades diferenciadas durante a Semana da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla;
- Participação no grupo de fortalecimento de vínculos no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social;
- Realização de aulas de Educação Física no Ginásio de Esportes do Município;
- Participação da Escola Padre Ramiro nos Jogos do Paraná;
- Participação no Festival de Quadrilhas das APAES;
- Participação em eventos esportivos promovidos na região;
- Participação de concursos promovidos pela Federação Nacional das Apaes.

Metodologia de trabalho

A entidade tem como meta o cumprimento da carga horária do currículo escolar, divididas em dois turnos, conforme a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), visando oferecer a todos os alunos com necessidades educativas especiais do Município de Piên as condições adequadas para o desenvolvimento



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE PIÊN

CNPJ: 11.055.458-0001/64

**Escola Padre Ramiro, Educação Infantil, Ensino Fundamental e
Eja na Modalidade Especial.**

Rua Duque de Caxias, 201 – Centro – Piên – PR CEP: 83.860-000

Fone: (41) 3632-1981

E-mail: apaepien@gmail.com

das suas potencialidades e plena participação no processo educativo e social.

Visando o alcance das metas estabelecidas acima, a APAE pretende executar as ações durante o exercício de 2025 da seguinte maneira:

- Manutenção dos serviços especializados já implantados, atendimento pedagógico, realizado diariamente, por professores contratados através da parceria financeira;
- Continuidade dos atendimentos psicológicos, realizado por psicóloga contratada pela APAE, para 50 atendimentos mensais, durante o período da manhã e tarde, onde aplica testes, elabora relatório psicológico, realiza atendimentos aos usuários, individualmente.
- Sobre os serviços de fisioterapia, os mesmos consistem na execução de 50 (cinquenta) sessões mensais, durante o período letivo e elaboração de Relatórios dos usuários.
- Sobre o serviço especializado de neurologia, os atendimentos são realizados aos usuários matriculados na escola Padre Ramiro, através de consultas solicitação de exames, diagnósticos, receituários e laudos, atendendo 75 consultas anual na entidade.
- Serviços de Assistência Social com atendimento aos usuários em vulnerabilidade social, formação de grupos, visita domiciliar acompanhada pela gestora escolar e implantação de políticas públicas na área da assistência social.
- O Serviço de Nutricionista é a elaboração de cardápio e acompanhamento nutricional, conforme a necessidade, devido ao aumento de alunos com restrições alimentares.
- O Serviço de terapia ocupacional a ser implantado neste ano com atendimentos individuais conforme a necessidade de cada usuário e relatórios quando necessário, totalizando 50 atendimentos mensal.
- Os atendimentos com os especialistas são realizados em uma sala da entidade, as mesmas são contratadas pela APAE, através do recebimento de recursos do Termo de Colaboração celebrado entre o Município de Piên/PR e a APAE. São beneficiários destes atendimentos todos os usuários matriculados na Escola Padre Ramiro que necessitam, sendo avaliados para triagem.

Os Trabalhos administrativos da instituição são realizados pela secretária, com carga horária de 40 horas semanais, auxiliar administrativo com carga horária de 20 horas semanais, contratadas pela Apae através da parceria financeira com Estado e pela diretora com carga horária de 40 horas semanais, contratada pela entidade com recursos parceria financeira do estado e recursos próprios. Entre os serviços administrativos



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE PIÊN

CNPJ: 11.055.458-0001/64

**Escola Padre Ramiro, Educação Infantil, Ensino Fundamental e
Eja na Modalidade Especial.**

Rua Duque de Caxias, 201 – Centro – Piên – PR CEP: 83.860-000

Fone: (41) 3632-1981

E-mail: apaepien@gmail.com

citam-se: matrículas no sistema SERE, atualização da documentação da Escola e da APAE, regimento escolar, Projeto Político Pedagógico, realização da semana pedagógica com os funcionários da Escola e Formação em Ação, registro de ocorrências em livro Ata, realização de três cotações para aquisição de produtos, solicitação e conferência de Notas Fiscais, pagamento, organização dos documentos, encaminhamento à Contabilidade, protocolar entrega na Prefeitura, verificação do e-mail da escola diariamente, prestação de contas, elaboração de projetos, dando os encaminhamentos necessários entre outras atividades administrativas.

A alimentação escolar é adquirida com os recursos do Termo de Colaboração do Estado e com o Termo de Colaboração do Município, a merenda é servida diariamente aos alunos, sendo servidas duas refeições no período da manhã e uma refeição no período da tarde para todos os alunos.

O ônibus com plataforma elevatória cedido pela Prefeitura de Piên é utilizado para transporte dos alunos, em vários bairros do Município, toda despesa com documentação, combustível e manutenção do ônibus são custeadas pela Prefeitura, sem ônus para a APAE, além do ônibus para o transporte também alguns alunos dos bairros: Lageado, Campina dos Maia, Aterrado Alto utilizam os ônibus do Município ou da Empresa Lancatur para frequentar a Escola. Utilizamos também o veículo fiesta para o transporte de 5 alunos do bairro Lageado por cronograma no período matutino, 3 alunos do bairro Gramados, 1 alunos no bairro Cachoerinha e 1 do bairro de Boa Vista no período vespertino, sendo a gasolina custeada com o convênio da Prefeitura Municipal.

O motorista é contratado pela APAE, pago com recursos oriundos do Termo de Colaboração celebrado com o Município e com Recursos Próprios da Entidade, com carga horária semanal de 40 horas, sendo necessário a contratação de mais 01 motorista de 20 horas.

- Desde o início das atividades da Escola Padre Ramiro é desenvolvido o Clube de Mães e Voluntárias.

Projeto Clube de Mães e Voluntárias com realização de encontros toda segunda-feira no Secretaria de Assistência Social, onde confeccionam artesanatos para vender e arrecadar recursos para a APAE e divulgar o nome da entidade, com a coordenação de funcionários da APAE.

-Desenvolvimento de novos Projetos Pedagógicos: Projeto interno desenvolvido por cada professor Mostra Pedagógica a ser apresentada no 2º semestre com data a ser definida, e projetos realizados em parceria com voluntários da comunidade.

- Realização de atividades diferenciadas durante a Semana da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltiplas, como viagens, passeios educativos, gincanas e lanches especiais, etc.

- Realização de aulas de educação física para EJA da manhã e Ensino Fundamental da tarde, com treinos de futsal, no Ginásio de Esportes do Município, localizado no Bairro Avenal, com a professora de Educação Física



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE PIÊN

CNPJ: 11.055.458-0001/64

**Escola Padre Ramiro, Educação Infantil, Ensino Fundamental e
Eja na Modalidade Especial.**

Rua Duque de Caxias, 201 – Centro – Piên – PR CEP: 83.860-000

Fone: (41) 3632-1981

E-mail: apaepien@gmail.com

da Escola Padre Ramiro, semanalmente.

- Participação da Escola Padre Ramiro nos Jogos do Paraná, modalidade de Futsal – Educação Especial, realizados durante uma semana em cidade do Estado, com acompanhamento da professora e motorista responsável ou outro funcionário pelo transporte dos alunos ao alojamento, quadra e refeitório.
- Participação de todos os alunos e funcionários da Escola Padre Ramiro no Festival de Quadrilhas das APAES do Conselho da área Metropolitana Sul, que acontece entre os meses de junho à julho
- Gincana das Apaes AMSul sediada pela Apae de Piên durante o dia inteiro, com previsão agosto.
- Participação de alunos da Escola Padre Ramiro na Corrida de Piên que acontece em meados de novembro, com acompanhamento dos profissionais da escola.

Capacidade Instalada:

A APAE conta com o seguinte quadro de funcionários:

- Diretora geral – 01 – Parceria com o Estado e Recursos Próprios
- Secretária – 01 – Parceria com Estado
- Auxiliar administrativo – 01 – Parceria com Estado
- Pedagoga – 01 – Parceria com Estado
- Professores Regentes – 10 - Parceria com Estado
- Professor de Arte – 01– Parceria com Estado
- Professor de Educação Física – 01 – Parceria com Estado
- Agente Educacional (auxiliar de cozinha)– 01 - Funcionária cedido pelo Estado
- Merendeira 01 – Parceria com Estado.
- Atendente – 04 – Parceria com Estado.
- Instrutora – 01 – Parceria com Estado.
- Motorista – 01 – Parceria com Município.
- Assistente Social – Parceria com Município
- Fisioterapeuta – 01 – Parceria com Município.
- Psicóloga – 01 – Parceria com Município.
- Neurologista – 01 – Parceria com Município.
- Nutricionista – 01 – Parceria com Município.



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE PIÊN

CNPJ: 11.055.458-0001/64

**Escola Padre Ramiro, Educação Infantil, Ensino Fundamental e
Eja na Modalidade Especial.**

Rua Duque de Caxias, 201 – Centro – Piên – PR CEP: 83.860-000

Fone: (41) 3632-1981

E-mail: apaepien@gmail.com

Estrutura Física:

- 1 sala para Secretaria/Direção
- 1 despensa para merenda escolar
- 1 sala para professores
- 1 sala para pedagoga
- 1 sala para Educação Infantil Pré Escola (manhã) e Ensino Fundamental (tarde)
- 1 sala para para Educação Infantil (manhã) e Ensino Fundamental período da tarde
- 1 sala para EJA (tarde)
- 1 sala Eja (manhã e tarde)
- 1 almoxarifado
- 02 Banheiros Alunos – adaptados parcialmente
- 01 Banheiro Professores/Funcionários
- 01 Sala para especialistas
- 01 Cozinha
- 02 Refeitórios
- 01 Lavanderia
- Varanda
- Horta
- Rancho
- Casinha para gás
- Trocador/fraldário

Estrutura da frota

- 01 veículo - Fiesta – Placa AVM 6133
- 01 veículo com acessibilidade - Ônibus – Placa BDI8B97
- 01 veículo - AirCross – Placa PBX9C54

Para 2025 temos as matrículas de alunos nos seguintes níveis educacionais:

- Educação Infantil – (Apoio)- 03 alunos
- Multianos – Pré-Escola (4 a 5 anos de idade) – 05 alunos
- Ensino Fundamental – Escolarização (6 a 15 anos e 11 meses de idade) 22– alunos
- Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional - a partir de 16 anos de idade – 28 alunos



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE PIÊN

CNPJ: 11.055.458-0001/64

Escola Padre Ramiro, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Eja na Modalidade Especial.

Rua Duque de Caxias, 201 – Centro – Piên – PR CEP: 83.860-000

Fone: (41) 3632-1981

E-mail: apaepien@gmail.com

PLANO DE APLICAÇÃO

Discriminação	Custo unitário	Custo Unitário	Total
DESPESAS CORRENTES	Mensal	Anual	
Aquisição de Material de Uso e Consumo:			
A – Material de limpeza e produtos de Higienização	A -R\$ 1.222,22	A -R\$ 11.000,00	R\$102.151,83
B – Material de expediente	B -R\$ 305,55	B -R\$ 2.750,00	
C – Gêneros Alimentícios (perecíveis e não perecíveis)	C-R\$ 4.535,55	C-R\$ 40.820,00	
D – Combustível e lubrificante	D -R\$ 2.222,22	D -R\$ 20.000,00	
E – Gás Engarrafado	E -R\$ 431,11	E -R\$ 3.280,00	
F – Material de Processamento de dados	F- R\$ 55,55	F- R\$ 500,00	
G – Outros Materiais de Consumo (material p/artesanato)	G-R\$ 222,22	G-R\$ 2.000,00	
H – Material Educativo e Esportivo	H-R\$ 111,11	H-R\$ 1.000,00	
I – Material copa e cozinha	I- R\$ 277,77	I- R\$ 2.500,00	
Manutenção de veículos			
J- Aquisição de pneu;		J- R\$ 1.700,00	
K- Aquisição de bateria;		K- R\$ 550,00	
L- Aquisição de pastilhas de freio;		L- R\$ 600,00	
M- Aquisição de materiais para manutenção de veículos não classificados nas contas cima.		M- R\$ 2.000,00	
Serviços de manutenção de veículo			
N- Serviços de reparos, consertos e revisões de veículos;		N- R\$ 800,00	
O- Serviços de retífica e recuperação de motores;		O- R\$ 9.000,00	
P- Serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem;		P- R\$ 500,00	
Q- Serviços de mecânica, exceto de montagem e desmontagem, retífica e recuperação motores;		Q- R\$ 1.500,00	
R- Serviços de elétrica veicular.		R- R\$ 1.651,83	
Serviços de Terceiros:			
A – Despesa com água	R\$ 222,22	R\$ 2.000,00	R\$ 6.000,00
B – Energia elétrica	R\$ 222,22	R\$ 2.000,00	
C – Locação de Máquinas E Equipamentos	R\$ 222,22	R\$ 2.000,00	
Pagamento de aluguel: 06 meses Casa situada a Rua Duque de Caxias 201. Centro Piên/PR	R\$1.600,00	R\$ 9.600,00	R\$ 9.600,00
Pagamento da mão de obra própria com encargos: (recurso Fundeb)			
A – Motorista - 40 horas/semanais	R\$ 2.793,26	A- R\$ 25.139,37	R\$ 78.498,17
- Salário, 13º salário e férias.	R\$ 223,46	R\$ 2.011,15	
- FGTS			



APAE
Piên - PR

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE PIÊN

CNPJ: 11.055.458-0001/64

Escola Padre Ramiro, Educação Infantil, Ensino Fundamental e
Eja na Modalidade Especial.

Rua Duque de Caxias, 201 – Centro – Piên – PR CEP: 83.860-000

Fone: (41) 3632-1981

E-mail: apaepien@gmail.com

B- Motorista - 20 horas/semanais - Salário, 13º salário e férias. - FGTS - Indenizações e restituições trabalhistas	R\$ 1.369,24 R\$ 109,53 R\$ 146,50	B - R\$ 12.323,22 R\$ 985,85 R\$ 1.318,58	
C-Assistente Social - Salário, 13º salário e férias. - FGTS	R\$ 3.777,77 R\$ 302,22	C- R\$ 34.000,00 R\$ 2.720,00	
Prestação de serviços pessoa jurídica (recursos livres)			
A – Pessoa Jurídica – Fisioterapia; →	R\$ 2.100,00	R\$ 18.900,00	R\$ 59.550,00
B – Pessoa Jurídica – Psicologia;	R\$ 2.100,00	R\$ 18.900,00	
C– Pessoa Jurídica – Neurologia	R2.416,66	R\$ 21.750,00	
Prestação de serviços pessoa física (recursos livres)			
A – Pessoa Física – Terapeuta Ocupacional.	R\$ 2.750,00	R\$ 24.750,00	R\$ 24.750,00
Prestação de serviços pessoa física (recurso Fundeb)			
Nutricionista	R\$ 1.750,00	R\$15.750,00	R\$15.750,00
TOTAL: R\$			R\$ 296.300,00

Período de Execução:

Início: Após a liberação dos recursos (Previsão para março/2025)

Fim: 31/12/2025

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

<i>1ª parcela</i>	<i>2ª parcela</i>	<i>3ª parcela</i>	<i>4ª parcela</i>	<i>5ª parcela</i>	<i>6ª parcela</i>
<u>32.300,00</u>	<u>33.000,00</u>	<u>33.000,00</u>	<u>33.000,00</u>	<u>33.000,00</u>	<u>33.000,00</u>
<i>7ª parcela</i>	<i>8ª parcela</i>	<i>9ª parcela</i>			
<u>33.000,00</u>	<u>33.000,00</u>	<u>33.000,00</u>			



APAE
Piên - PR

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE PIÊN

CNPJ: 11.055.458-0001/64

Escola Padre Ramiro, Educação Infantil, Ensino Fundamental e
Eja na Modalidade Especial.

Rua Duque de Caxias, 201 – Centro – Piên – PR CEP: 83.860-000

Fone: (41) 3632-1981

E-mail: apaepien@gmail.com

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, firma o presente e pede deferimento.

Piên/PR, 12 de fevereiro de 2025.

Jorge Almir dos Santos Martins
Presidente da APAE

APROVO O PRESENTE PLANO DE APLICAÇÃO

Maicon Grosskopf
Prefeito do Município de Piên/PR

Piên/PR, 11 de março de 2025.